

O conto da dívida

Ruy Lopes

O presidente eleito dos Estados Unidos aceita para os países pobres com a possibilidade de rever o problema da dívida externa, mas já adverte que não se deve pensar na redução do montante, que está em vias de alcançar um trilhão de dólares. Como esse trilhão de dólares devido pelo Terceiro Mundo não vale, no mercado secundário, nem um terço desse total, parece claro que o sr. Bush vai estudar um meio de proteger o interesse dos credores, para que eles não percam os dois terços que já estão perdendo. O que ele deseja é assegurar o valor integral da dívida e, portanto, o favor será para os banqueiros, não para o Terceiro Mundo.

A saída para os devedores passa pela formação de um bloco capaz de agir em conjunto para a defesa de suas economias saqueadas por dívidas forçadas, juros extorsivos e relações de troca que sempre favorecem as nações ricas. O furto através dos juros, cuja taxa secular foi multiplicada por dez no início da década, e através do aviltamento dos preços de nossas exportações, são delitos quase que evidentes por si mesmos. Mas há outra modalidade de furto que continua acontecendo todos os dias, sob nossas barbas, sem que ninguém chame o Tuma para tomar providências.

Todos estamos cansados de ler nos jornais que determinada fábrica vai lançar um “novo” modelo que exigirá investimentos da ordem de 500 milhões de dólares. Naturalmente essa empresa, que tem matriz no exterior, vai trazer de sua sede uma estamperia velha, que já saiu de linha no país de origem, e que valeria quando muito, dez milhões de dólares. Só que a fatura registra mesmo os 500 milhões, que a filial fica a

dever a um banco no exterior que “financiou” a importação, entregando o dinheiro à matriz.

Pronto. Acabou de surgir uma dívida de 500 milhões dólares. Agora, o passo seguinte é transferir essa dívida para o Governo — esse Governo que os empresários acusam de estar endividado por gastar mais do que arrecada.

A manobra para a transferência é mais simples ainda. Suponhamos que essa empresa venda seus produtos por 100, tendo um lucro de 20. Operando num sistema oligopolizado, sem possibilidade de concorrência — coisa que nos Estados Unidos dá cadeia desde o início do século — essa empresa aumenta arbitrariamente seus preços em 20%. Como ela já ganhava 20, ela na realidade dobra seus lucros.

Com o dinheiro assim arrecadado, essa empresa chega ao Banco Central e vai comprando dólares ao longo dos prazos de vencimento da suposta dívida, até chegar aos 500 milhões. Como a devedora entrou com os cruzados correspondentes, a responsabilidade pelo pagamento dos dólares passa a ser do Banco Central e, portanto, do Brasil.

É um legítimo conto-do-vigário. O dinheiro não entrou no país, tampouco entrou equipamento nesse valor, não houve nenhum acréscimo na produção interna, mas a dívida externa engordou 500 milhões de dólares.

Quando se fizer uma auditoria séria sobre essas contas, vai sair fumacinha. Boa parte de nossa dívida foi constituída através de trambiques desse tipo; na Argentina, as trapanças respondem pela quase totalidade da dívida. E ainda existem uns espertinhos que acham que o povo deve pagar tudo.